

A DÍVIDA PÚBLICA MASCARADA PELA MÍDIA HEGEMÔNICA

*Alex Sandro Ventura Griebeler
Sara Munique Noal¹*

“*A dívida externa: quem diria, acabou*”. Este foi o título de uma matéria publicada no sítio G.1 da Rede Globo em junho de 2007 no caderno de economia. Esta foi uma notícia amplamente divulgada após o governo afirmar que o pagamento de US\$ 15,5 bilhões ao FMI representava a extinção da dívida externa brasileira.

No entanto, tudo isto foi um engodo. Novamente os grandes meios de comunicação prestaram seus serviços aos grupos que estão no poder. Em 2005 não pagamos a dívida externa, ela apenas mudou de mãos. Deixamos de dever ao FMI para dever aos donos dos títulos da dívida e a um custo mais elevado.

Embora pouco comentada e pouco conhecida pelos brasileiros, a dívida pública é um assunto que atinge diretamente todo o país. Estima-se que, no ano de 2011, cerca de 45% do orçamento geral da união foi comprometido com a amortização desta dívida, o que impossibilita que outros setores, como educação, saúde, transporte, tenham o devido investimento por parte do Estado. Em outras palavras, “a dívida pública é o nó que amarra o Brasil”¹. Apesar disto, a desinformação sobre este assunto é uma fenômeno que atinge a grande mídia.

Buscando informações sobre tal problemática em sites e revistas como G1, já citado a cima, VEJA, O Globo, R7, entre outros, observamos notícias confusas, que mascaram o que realmente acontece, não mostrando como a dívida afeta a vida de todos os brasileiros. As únicas informações encontradas são os aumentos e quedas dos juros nos últimos anos.

O desconhecimento deste problema é agravado pela linguagem utilizada na abordagem do assunto. Quando raramente debatida nos telejornais ou mesmo em outros meios de comunicação, o vocabulário utilizado para o “entendimento” do que seria a dívida contraída pelo Tesouro Nacional é incompreensível a quem não possui um bom conhecimento de economia, ou seja, as notícias vem recheadas de “economês”. Se não bastasse a falta de compreensão dos termos utilizados, tais debates não permitem ao leitor visualizar a questão em sua totalidade, pois geralmente as informações são restritas, mostrando apenas como a dívida vem sendo paga, se houve aumento ou redução da taxa anual, não explicando a forma como foi contraída e o motivo pelo qual existe a mais de 40 anos.

Entretanto, existem meios midiáticos alternativos que explicam e facilitam o entendimento a respeito da dívida pública. Mesmo que pouco divulgados e acessados são uma importante ferramenta para buscar informações sobre assuntos que envolvem questões econômicas, políticas e sociais do país. Um exemplo disso pode ser encontrado no sítio www.auditoriacidada.org.br que através de uma linguagem esclarecida aborda o tema da dívida pública, de forma clara, apresentando uma visão diferenciada, desatrelada dos aparatos do Estado e dos grupos financeiros.

¹ Acadêmicos do curso de História da Unioeste.

HISTÓRICO DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

*Cintia Mello
Lucas Eduardo Gaspar²*

Entre os anos de 2009 e 2010 a Câmara dos Deputados investigou o processo de endividamento externo brasileiro. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que constatou que a dívida externa atual tem sua origem na década de 1970, quando o país era governado por uma ditadura civil-militar.

Na década de 1970, houve um crescimento acelerado da dívida porque, tanto o governo como o setor privado, realizou seguidos empréstimos junto a grandes bancos privados internacionais aproveitando as baixas taxas de juros. Entretanto, em 1979 estes juros saltaram de 5% para 20%.

A partir deste momento, o Fundo Monetário Internacional exerceu uma forte interferência na economia brasileira obrigando o Banco Central a assumir a dívida externa privada e a realizar o refinanciamento de créditos externos. Tudo isto foi feito ilegalmente sem a aprovação do Congresso Nacional e garantiu que o Estado seguisse comprometendo seu orçamento com o pagamento de uma dívida cujos juros eram definidos unilateralmente pelos credores internacionais.

Deste modo, o Brasil entrou na década de 1980 com uma dívida vultosa que se multiplicara em razão do aumento dos juros. De acordo com os dados divulgados pela CPI os pagamentos realizados teriam sido suficientes para pagar toda a dívida externa e o Brasil ainda teria valores a serem ressarcidos se os juros tivessem se mantido em 6%.

Os impactos provocados pelo aumento dos juros da dívida paralisaram a economia brasileira e causaram grande prejuízo social na década de 1980. Os cálculos feitos pela CPI indicam que este pagamento provocou um dano ao patrimônio público na ordem de US\$223 bilhões. Este montante é revelador do prejuízo social e econômico causado pelo pagamento da dívida. São US\$ 223 bilhões que poderiam ter sido investidos em serviços públicos: infra-estrutura, transporte, moradia, saúde, educação.

Ao contrário do que é sistematicamente divulgado pelo governo atual este quadro não foi resolvido. Entre 1970 e 2009 a dívida externa representou uma transferência líquida de recursos ao exterior da ordem de US\$ 144 bilhões de dólares conforme indicaram os dados produzidos pela CPI da Dívida. Isto quer dizer que o país pagou US\$ 144 bilhões de juros e amortizações sem, contudo, pagar a dívida externa que, hoje está estimada em mais de US\$ 400 bilhões.

² Acadêmicos do curso de História da Unioeste.

A DÍVIDA PÚBLICA

*Joselene Ieda de Carvalho
Nicole de Cândido Ponestk³*

Uma das tarefas fundamentais do Estado é garantir vida digna à população. Esta é uma das razões que permitem o Estado contrair dívidas, principalmente quando a arrecadação de tributos não é suficiente ao atendimento das necessidades de todos. O endividamento público, ou seja, a dívida pública é, deste ponto de vista, um instrumento de financiamento utilizado pelo Estado para viabilizar o aporte de recursos para o setor público. Este endividamento deve ser feito dentro de limites legais estabelecidos pela sociedade, para que todos sejam beneficiados por meio de políticas públicas.

De modo geral, a expectativa é que este endividamento contribua para viabilizar o desenvolvimento econômico e, principalmente, o investimento em saúde, educação e transporte. No entanto, a dívida pública brasileira não responde a este propósito. Ocorre que a dívida pública foi desvirtuada de sua principal função, deixou de ser um instrumento de aporte de recursos para o Estado e se tornou um mecanismo de transferência de recursos do Estado para o setor financeiro.

O que existe hoje, de fato, é uma dívida que é alimentada pela necessidade do setor financeiro. Os interesses e necessidades do povo brasileiro não constituem a razão do processo de endividamento público.

Atualmente, metade dos recursos da União são destinados ao pagamento da dívida pública, sem que haja qualquer contrapartida para a população que paga esta conta todos os dias, ativa e passivamente. Primeiro por meio de elevada carga tributária, impostos altíssimos que são cobrados de forma desigual, pois o sistema permite que não haja distinção na cobrança de pobres e ricos, sendo assim, a maioria da população trabalha para sustentar o governo, do qual não nos retribui. Segundo, com a ausência de serviços públicos mínimos como: educação de qualidade, transporte público, saúde capacitada para atender toda a demanda da população. E deparamo-nos com isso cotidianamente, em filas nos postos de saúde, falta de recursos nas escolas, violência nas ruas, ou seja, situações que vivemos e não sabemos os motivos.

Em favor do pagamento dos serviços da dívida (juros e amortizações) foram criados mecanismos legais. Entre eles destaca-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, criada em 2000. Esta lei foi criada para controlar os gastos públicos e garantir o pagamento da dívida. Desde então,

A dívida pública abrange empréstimos contraídos pelo Estado junto a instituições financeiras públicas ou privadas, (...) empresas, organismos nacionais ou internacionais, pessoas ou outros governos.

A dívida pública pode ser formalizada por meio de a) contratos feitos entre o Estado e seus credores; b) da oferta de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional

A dívida pública pode ser considerada interna ou externa. Em Teoria Dívida Interna é dívida contraída em moeda nacional com credores nacionais; Dívida Externa é dívida contraída em moeda internacional com credores estrangeiros.

³ Acadêmicos do curso de História da Unioeste.

a cada ano o governo federal por meio de um decreto, contingencia as verbas destinadas a diversas áreas sociais. Em 2011 e 2012, o governo Dilma cortou respectivamente R\$ 50 e R\$ 55 bilhões do orçamento destinado as áreas sociais. Qualquer país que não tenha recursos suficientes pra satisfazer necessidades básicas de toda a população deve adquirir meios para atender ao setor social, e um destes mecanismos é a dívida pública. Mas, o que temos observado no caso do Brasil é que estes cortes trazem sérias consequências e nenhum benefício para a sociedade, porém grandes lucros para o setor financeiro.

ATÉ QUANDO VAMOS PAGAR A CONTA?

Alex Sanoto

Lucas Blank Fano⁴

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos que busca popularizar o debate sobre o problema do endividamento público brasileiro. A associação conta com o apoio de importantes entidades, sindicatos e organizações atuantes em diversos setores da sociedade. Suas atividades se iniciaram logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no ano de 2000 em 3.444 municípios do país. Este plebiscito contou com a participação de 6.030.329 cidadãos, dos quais 95% votaram “NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal”.

Até hoje esta exigência popular não foi cumprida. Motivada pelo desrespeito por parte dos governantes à democracia, a Auditoria Cidadã da Dívida vem realizando desde 2001 diversas atividades no sentido de mobilizar a população, expondo informações que envolvem o problema do endividamento público brasileiro. No dia 19 de agosto de 2009 foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública (CPI da Dívida), que encontrou inúmeras irregularidades nos processos de endividamento dos Estados, além de evidenciar como funciona o “sistema da dívida”: nada menos do que poderosos grupos privados lucrando à custa dos trabalhadores, que pagam impostos expressivos e sofrem com a precariedade dos serviços públicos.

A prioridade da maioria dos governos de todo o mundo, que atuam de acordo com orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), tem sido efetuar pagamentos

Associações com este mesmo fim existem no mundo todo: o problema do endividamento público é internacional.

Entre as entidades que apoiam esta iniciativa da auditoria podemos citar a Central Sindical Popular (CSP) – CONLUTAS e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os dados do plebiscito estão disponíveis no [link](http://www.auditoriacidada.org.br/quem-somos/) <http://www.auditoriacidada.org.br/quem-somos/>

A dívida pública absorveu 43,98% dos recursos federais em 2012, enquanto a Saúde recebeu apenas 4,17%, a Educação 3,34%, Segurança 0,39%, Transportes 0,70% e Habitação apenas

⁴ Acadêmicos do curso de História da Unioeste.

estratosféricos (e ilegais!) para grandes instituições financeiras e empresas privadas. Enquanto isso, os processos movidos contra as injustiças praticadas pelos que estão no poder encontram-se estagnados dentro das instâncias burocráticas aqui no Brasil e também em outros países como Portugal, Espanha e Argentina.

Por isso, a mobilização popular se torna uma ferramenta fundamental no sentido de pressionar o poder público a realizar uma auditoria para compreendermos as questões que perpassam o endividamento público brasileiro e decidir democraticamente o que faremos para resolver este problema que impede nosso desenvolvimento social. Isto aconteceu em alguns lugares do mundo como Islândia e Equador.

Tomemos como exemplo o caso do Equador, que está mais próximo de nós do que os países europeus. Em 2007, por ordem do então presidente equatoriano Rafael Correa (atendendo as mobilizações populares) foi criada a Comissão para a Auditoria Integral da Dívida Pública (CAIC), composta por representantes da sociedade civil nacional e internacional, que investigaram a dívida contratada de bancos privados estrangeiros. Produziram então o relatório da auditoria, em que constavam diversas irregularidades nos processos de endividamento do Equador para com estes bancos. Amparado pelas provas, o governo então propôs a anulação de 70% desta dívida, que estava programada para consumir os recursos do Estado equatoriano até 2030! Os detentores dos títulos da dívida logo concordaram, perante a situação ilegal em que se encontravam. Desta forma uma maior quantia de recursos pôde ser empregada nos serviços públicos, objetivando favorecer a classe trabalhadora do país.

O que aconteceu no Equador e também em outros países do mundo serve de exemplo para nós. Como foi o caso da Islândia, onde, inclusive, os culpados pela situação irregular da dívida e pelo esbanjamento do dinheiro público foram trancafiados em prisões comuns. Precisamos nos mobilizar e exigir do Estado maior quantia de recursos para o melhor funcionamento dos serviços públicos, como educação, saúde e transporte. Uma das formas é a realização da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, onde os poderosos precisarão prestar contas sobre a utilização irregular do dinheiro do povo em benefício de grandes grupos econômicos. Nesta auditoria poderemos decidir de forma democrática quais serão as prioridades do Estado dali em diante. A democracia existe no papel, devemos realizá-la na prática.